

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2025.

Aos trinta dias do mês de maio dois mil e vinte e cinco, às treze horas e dezoito minutos, no recinto da Câmara Municipal de Petrópolis, realizou-se audiência pública destinada à apresentação e avaliação do Relatório de Gestão Fiscal concernente ao primeiro quadrimestre do exercício vigente, em estrita observância à legislação pertinente e aos ditames da Resolução em vigor, conforme edital devidamente publicado. A audiência pública foi promovida sob a égide da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Vereador Tiago Leite, com o fito de garantir a ampliação da participação cidadã e a devida transparência na condução dos assuntos atinentes à gestão fiscal do Município. Informou-se, desde o início, que os trabalhos estavam sendo transmitidos em tempo real, por meio do canal oficial da TV Câmara Municipal de Petrópolis na plataforma YouTube, bem como pela operadora Speed Fiber, assegurando-se ampla publicidade ao ato. **Composição da Mesa de Vereadores:** Vereador Aloisio Barbosa, Vereadora Livia Miranda, Vereador Léo França, Vereadora Júlia Casamasso. **Representando o Poder Executivo Municipal:** Sr. Fábio Júnior, Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Juarez Borges, Contador Geral do Município, Sr. Delmir Custódio, Subsecretário de Fazenda, Sra. Ana Carolina Sontoro, Assessora Fazendária, Sr. Robson Buturini, Assessor de Finanças. **Abertura dos Trabalhos:** Dando-se início à presente audiência pública, a palavra foi concedida à **Vereadora Livia Miranda**, que cumprimentou a todos que acompanham a audiência e ressaltou a importância do encontro para dar transparência às despesas e receitas do município, além de acompanhar as finanças. Mencionou que estão em período de negociação do dissídio dos servidores e que também está em debate a reforma da previdência, destacando que ambos impactam a saúde financeira do município. Expressou grande expectativa para que os dados sejam apresentados durante a audiência e informou que fará questionamentos e considerações em outro momento. Por fim, agradeceu ao presidente. Em seguida, fez uso da palavra a **Vereadora Júlia Casamasso** que saudou todos que acompanhavam a sessão e deu boas-vindas aos representantes do executivo presentes na casa legislativa. Comentou sobre a maratona de apresentação dos relatórios quadrimestrais da saúde, Defesa Civil e o relatório fiscal, destacando o desafio enfrentado pelos vereadores. Sugeriu a criação de um intervalo de pelo menos uma semana entre os quadrimestres para permitir estudo aprofundado, esclarecimento de dúvidas e identificação de lacunas para políticas públicas. Enfatizou a importância de receber os relatórios com antecedência, ressaltando que isso não ocorreu desta vez, e pediu que o prazo para entrega seja respeitado, considerando os compromissos na casa e a necessidade de compreender a situação do município, especialmente diante da crise financeira. Finalizou dizendo que aguardaria a apresentação e já separou alguns questionamentos. Na sequência, fez suas considerações o **Vereador Dr. Aloisio Barbosa** que cumprimentou os colegas vereadores presentes na audiência, destacando a importância da participação deles durante a apresentação que revela a realidade do município em diversas áreas. Parabenizou a equipe do poder executivo, em especial o

município em diversas áreas. Parabenizou a equipe do poder executivo, em especial o secretário Fábio Júnior. Informou que aguardará a apresentação para, posteriormente, fazer questionamentos sobre a situação financeira. Em prosseguimento, pronunciou-se o **Vereador Léo França** que cumprimentou o presidente, as vereadoras Júlia Casamasso e Lívia, o amigo Dr. Aloisio, o secretário de Fazenda, os técnicos, profissionais da prefeitura e funcionários da casa. Ressaltou a importância do debate democrático e respeitoso entre Legislativo e Executivo, destacando que o objetivo é colaborar com o município, deixando de lado questões partidárias para focar na captação de recursos para a cidade. Reforçou que, embora tenham a obrigação de questionar o que não está certo, também devem buscar recursos especialmente para saúde e educação. Finalizou dizendo que aguardaria a apresentação.

Apresentação Técnica: O Presidente da sessão concedeu, então, a palavra ao representante do Poder Executivo para início da apresentação técnica. O orador foi o Sr. Juarez Borges, Contador Geral do Município, que cumprimentou todos os presentes. Com satisfação, iniciou a apresentação do relatório, destacando que o documento sofreu algumas alterações para melhorar o entendimento e fornecer informações mais claras aos vereadores. Observou que o número de slides aumentou, mas com o propósito de garantir maior transparência.

Resumo da Apresentação: Relatório do 1º Quadrimestre: 30 unidades gestoras consolidadas no relatório. **Receita Arrecadada:** (R\$ 649.876.756,28). Receita líquida já deduzida do FUNDEB. Comparativo com anos anteriores mostra redução em relação a 2024 e 2023. **Principais Fontes de Receita:** IPTU: R\$ 87 milhões (12,9%). Transferências SUS: 18,24%. FUNDEB: 13,18%. ICMS: 7,36%. IPVA: 7,38%. Receita Tributária IPTU: 41,78%. ISS: 27,64%. IRRF: 12,56%. Taxa de limpeza: 10,62%. **Receita Corrente Líquida para apuração da dívida:** R\$ (R\$ 1.640.940.107,11). **Para apuração do gasto com pessoal:** (R\$ 1.614.848.117,17). **Despesa Liquidada Total:** (R\$ 564.712.118,79). Corrente: R\$ 553,6 milhões. Capital: R\$ 11,6 milhões. Distribuição por Elemento - Pessoal e encargos: 41,46%. Outras despesas correntes: 55,10%. Juros: 1,37%. Investimentos: 0,48%. Amortização da dívida: 1,59%. **Funções com Maior Gasto** Saúde: 34,34%. Educação: 28,80%. Urbanismo, Saneamento e Encargos Especiais: demais destaques. **Previdência (RPPS)** - Receita do fundo capitalizado: R\$ 5,5 milhões. Resultado positivo em todas as fases da despesa. Resultado Fiscal Resultado primário apurado: R\$ (15.297.323,00 acima da meta de R\$ 13,4 milhões). Resultado nominal ajustado: R\$ 79 milhões. **Dívida Consolidada Líquida Valor:** R\$ 592.351.990,62. Dentro do limite do Senado (120% da RCL). Educação (MDE) Aplicação até o momento: Empenhado: 28,96%. Liquidado: 11,98%. Pago: 11,74%. Apontado risco de não cumprimento dos 25% legais, a depender da fase usada como base. **Saúde valor aplicado acima do mínimo exigido (15%).** Empenhado: R\$ 61,5 milhões (33,55%). Pessoal Executivo: 40,97% da RCL. Legislativo: 1,72% da RCL. Consolidado: 42,69%, abaixo do limite legal de 60%. **Restos a Pagar** - Valor total pago: R\$ 20,4 milhões. Saldo atual a pagar: R\$ 13,2 milhões. Ao final da apresentação, o Sr. Juarez agradeceu a atenção. **Debates e esclarecimentos:** A Vereadora Lívia Miranda

agradeceu aos presentes e destacou a importância da audiência para aprofundar a discussão sobre o orçamento público. Reforçou a necessidade de o parlamento participar ativamente da análise orçamentária e buscar soluções para os desafios fiscais enfrentados, fez questionamentos sobre o orçamento e sobre o ICMS. **Secretário da Fazenda, Fábio Júnior**, lembrou que o orçamento de 2025 foi enviado com compressão de cerca de R\$ 600 milhões. Citou impacto da redução do ICMS e decisões judiciais em andamento que afetam o valor adicionado (VA) do município. Além disso, destacou ações com contadores, empresas e o Conselho de Contabilidade para melhorar a qualidade das declarações (DECLAN), ressaltou que empresas de outros municípios podem distorcer seus dados, o que afeta o IPM e a arrecadação local, relatou aumento preliminar de R\$ 2 bilhões no VA, com impacto positivo esperado na receita de 2026. Em relação às Receitas de ICMS e VAF o secretário destacou que no primeiro quadrimestre de dois mil e vinte cinco, a arrecadação de ICMS foi de cinquenta milhões, enquanto a LOA previa cento e dois milhões, apontando possível superávit de cinquenta milhões. Ademais, criticou omissão de receitas de VAF na peça orçamentária, prejudicando sua qualidade. **Dívida Ativa:** Há um bilhão e quatrocentos em dívida ativa, sendo seiscentos milhões de pequenos devedores. **ISS:** Arrecadação do ISS cresceu dezoito por cento em relação ao mesmo período do ano anterior. O Presidente da sessão passou a palavra para a **Vereadora Júlia Casamasso** que pediu os relatórios elaborados pela Secretaria para análise do mandato. Questionou a perspectiva real de aumento de arrecadação e medidas práticas para melhorar a receita. Demonstrou preocupação com o aumento da dívida consolidada e consolidada líquida nos últimos anos: 2021: R\$ 330 mi (consolidada) / R\$ 199 mi (líquida), 2025 (4 meses): R\$ 793 mi (consolidada) / R\$ 580 mi (líquida), questionou o uso dos recursos captados, especialmente com o salto na dívida mobiliária (R\$ 152 milhões). A Vereadora solicitou detalhamento das condições da dívida: juros, destinação e impacto financeiro. **Juarez Borges**, contador geral do município, respondeu que a dívida teve um aumento significativo de R\$ 621.493. Houve parcelamento e renegociação de dívidas, incluindo precatórios. O valor principal e final consideram juros e número de parcelamentos. O item precatórios cresceu porque, além dos precatórios inscritos até dois mil e vinte e quatro, foi considerado o estoque previsto para pagamento no orçamento. Valores pagos e empréstimos amortizam essa dívida, mas o montante pode crescer devido a novas situações. A **Vereadora Júlia Casamasso** perguntou se o município está no CAUC e destacou nove pendências, com trinta e duas inadimplências federais, incluindo onze na PGR e vinte e um no Ministério da Fazenda. Questionou especialmente sobre irregularidade na regularidade previdenciária, aplicação mínima de recursos da educação e ausência de informação sobre FUNDEB na educação infantil do VAAT. Além disso, ressaltou que a LDO apresenta previsão de receita para 2026, diferente do relatório do quadrimestre de 2024 que mostra receita realizada, o que explica a diferença de cerca de cem milhões. O Secretário de Fazenda, Fábio Júnior, indicou que algumas pendências do CAUC decorrem de atrasos na atualização de dados e ausência de envio completo de relatórios da educação. Reforçou que o município

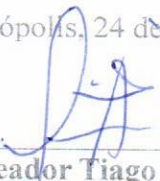
enfrenta desafios com compromissos passados e dificuldades atuais. A **Vereadora Júlia Casamasso** Questionou a diferença entre receita e despesa na LDO (R\$ 1,740 bilhão) e no relatório do quadrimestre (R\$ 1,85 bilhão). O **Secretário Fábio Junior** explicou que o relatório mostra receita realizada em 2024, e a LDO é uma estimativa para 2026. Destacou queda no ICMS e que o município não orçou alguns recursos (como VAAT), que depois foram creditados, mas não empenhados, causando pendências. A **Vereadora Júlia Casamasso** reforçou pedido de resposta sobre o CAUC. **Juarez Borges, contador geral do município** esclareceu que pendências no CAUC estão em processo de comprovação e atualização, especialmente quanto a contribuições previdenciárias, precatórios, CADIM e FGTS. Falta envio completo de relatórios educacionais (SIOP) gerando pendências. O **Vereador Léo França** parabenizou o trabalho da secretaria, ressaltou aumento da arrecadação de IPTU e tributos, mas questionou queda no ICMS (R\$ 50 milhões arrecadados contra previsão de R\$ 102 milhões). O **Secretário Fábio Junior**: Justificou que a queda decorre da redução do índice de participação do município, por menor apuração do valor adicionado na cidade. **Vereador Léo França**: Reiterou agradecimento ao presidente e parabenizou o secretário de Fazenda pelo desempenho na arrecadação, com destaque para o aumento do IPTU e superação de tributos em relação ao ano anterior. No entanto, questionou a significativa queda no ICMS: previsão de R\$ 102 milhões, mas arrecadação de apenas R\$ 50 milhões no quadrimestre. **Vereador Léo França** disse que a arrecadação do IPTU melhorou, os tributos superaram o do ano passado. Disse que chama atenção a queda do ICMS, com arrecadação projetada em R\$ 102 milhões e no quadrimestre arrecadados R\$ 50 milhões. Perguntou qual a razão dessa queda? **Fábio Júnior** explicou que a queda está ligada à redução no índice de participação do município, devido à menor apuração do valor adicionado. **Vereador Léo França**: Perguntou se alguma empresa deixou de declarar. **Fábio Júnior** informou que não há conhecimento de empresa que tenha deixado de declarar. **Vereador Léo França** destacou a existência de decisão de mérito da Quarta Vara Cível referente ao litígio do ICMS, ressaltando que tal decisão foi posteriormente objeto de suspensão de liminar pelo presidente do Tribunal de Justiça. Corrigiu menção anterior sobre decisão "precária", reafirmando o caráter definitivo da decisão de mérito. Enfatizou que, apesar dos esforços do prefeito em resolver a situação via diálogo e atualização de normativas como o manual de ICMS, o município deveria priorizar a via judicial, especialmente por já haver respaldo da justiça em instância competente. Solicitou que o prefeito se posicione publicamente sobre eventual recurso interposto. O vereador demonstrou preocupação com a queda de arrecadação e impacto nas finanças públicas, citando dados da Educação com percentual abaixo do mínimo constitucional (11,74%), acúmulo de dívidas com instituições como o Hospital Santa Teresa (mais de R\$ 10 milhões), Hospital Clínico de Corrêas e passivo de mais de R\$ 40 milhões na Educação. Alertou que a situação tende a se agravar nos próximos meses sem medidas concretas. Citou ainda preocupações com: **CAUC e SIOP**: risco de inadimplência e travamento de recursos federais. **Precatórios e vale educação**: solicitou

esclarecimentos sobre alimentação do fundo de reserva e regularidade dos repasses. Bloqueios nas contas da prefeitura e falta de comprovação de pagamento do PASEP. Por fim, relatou tratativas anteriores com autoridades de Teresópolis, afirmando que houve perda de oportunidade de articulação institucional por parte do atual prefeito, que teria postergado medidas após as eleições, e sugeriu ação conjunta da Câmara para oficiar o Tribunal de Justiça, solicitando apreciação do caso pelo Pleno. **Fábio Júnior** esclareceu que houve uma sequência de decisões judiciais, iniciando com liminar, seguida de decisão de mérito e, posteriormente, suspensão dessa decisão pelo TJ. Afirmou que o processo judicial foi acelerado em função do contexto, e que o governo está acompanhando os desdobramentos. **Secretário Fred Procópio** relembrou que o tema do acordo de ICMS com Teresópolis surgiu no ano anterior, durante gestão interina do prefeito Rubens, que teria anunciado um possível acordo. Segundo ele, Teresópolis teria recuado posteriormente, e essa foi a informação repassada à equipe de transição. O **Vereador Léo França** sugeriu realização de audiência com a presença do prefeito ou representantes técnicos, elaboração de ofício conjunto dos 15 vereadores solicitando ao presidente do TJ que envie a matéria ao Pleno para julgamento, aproximação com parlamentares federais para captação de recursos, citando articulação com o deputado Eduardo Bandeira de Melo, que se comprometeu a destinar R\$ 1 milhão em emendas ao Hospital Alcides Carneiro.

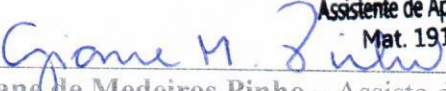
Disposições Finais: Vereador Léo França: agradeceu a presença de representantes do governo municipal e dos vereadores presentes, destacando a atuação propositiva dos parlamentares na colaboração com o Poder Executivo, independentemente de divergências político-partidárias. Na sequência, o vereador destacou a conquista da futura policlínica, fruto de articulação conjunta com o vereador Gil Magno, o prefeito Bomtempo e os deputados federais Eduardo Bandeira de Melo e Lindbergh Farias. Informou que, na ocasião, foi feita a indicação de um terreno localizado em Itaipava para a construção da unidade, porém, segundo a Secretaria de Saúde, o local demandaria maior investimento financeiro. O vereador manifestou preocupação diante da recente publicação de um decreto de desapropriação, datado de abril, referente a áreas pertencentes à Petroita e a Patrone, sendo esta última uma fábrica centenária, localizadas em área de alagamento. Alertou para o risco de se realizar um investimento da ordem de R\$ 30 milhões em local inadequado — sendo R\$ 15 milhões destinados à obra civil e R\$ 17 milhões à aquisição de equipamentos —, especialmente tratando-se de infraestrutura voltada à saúde pública. Por fim, solicitou ao secretário presente esclarecimentos sobre dois pontos: Se há bloqueios nas contas da Prefeitura; E qual é a arrecadação do ISS proveniente da empresa RBI, tributo instituído no final do ano anterior. **Fred Procópio** respondeu ao questionamento sobre o terreno para a policlínica em Itaipava. Informou que, embora o projeto seja considerado excelente, há um impedimento devido à necessidade de um terreno de 2.400 m² lineares, que atualmente não existe disponível na cidade. Esclareceu que a possibilidade de usar um terreno vinculado à Petroita, por meio de um encontro de contas com o município, está em discussão, mas não está definida ou garantida no momento. O secretário expressou preocupação quanto à viabilidade desse convênio,

destacando a dificuldade em encontrar uma área com as características necessárias e a falta de recursos financeiros para desapropriações, exceto em casos de débitos já existentes. Por fim, mencionou que ainda não há uma solução definitiva para a saúde em Itaipava, e que um plano alternativo está sendo considerado. **Juarez Borges** Antes de encerrar sua participação informou à vereadora Júlia que os itens 5.5, 5.6 e 5.7 do CAUC, relacionados ao FUNDEB, dependem da transmissão do CIOP, conforme já havia sido comunicado anteriormente. Finalizou agradecendo a oportunidade de apresentar as metas fiscais na Casa. **Fábio Júnior** iniciou agradecendo e elogiando a vereadora Livia pelo seu trabalho qualificado e aprofundado. Pediu desculpas por não ter conseguido responder integralmente ao vereador Léo devido a uma interrupção. Esclareceu que, ao mencionar "medidas duras", referia-se à necessidade de ajustar as despesas para que fiquem compatíveis com a receita do município. Destacou que a receita de Petrópolis teve uma ascensão rápida, acompanhada pelo aumento da despesa corrente, o que se torna problemático em momentos de queda na arrecadação, pois a despesa permanece alta. Mencionou o relatório do terceiro quadrimestre de 2024 como demonstração dessa situação. Explicou que a prefeitura precisa refletir sobre os serviços prestados para ajustar essa curva financeira. Informou que são destinados R\$ 13 milhões mensais ao INPAS, totalizando mais de R\$ 150 milhões por ano, valor que compromete investimentos em merenda, saúde, remuneração dos ativos e infraestrutura. Finalizou agradecendo as perguntas e se colocando à disposição do parlamento e da cidade. **O Presidente da Comissão, Tiago Leite**, agradeceu ao secretário de Fazenda, e aos vereadores e vereadoras presentes na audiência pública. Destacou a importância do parlamento como instrumento de fiscalização para corrigir eventuais falhas do Executivo. Enalteceu o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo secretário Fábio Júnior, bem como a transparência na apresentação dos resultados fiscais do quadrimestre. O Presidente da audiência ressaltou o compromisso do governo com a população, enfatizando a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos para garantir serviços de qualidade nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e assistência social. Elogiou a gestão do prefeito Hingo Ramos, destacando sua ética, humildade e acessibilidade ao público. Finalizou agradecendo a todos e declarou encerrada a sessão e a audiência pública às 15:42.

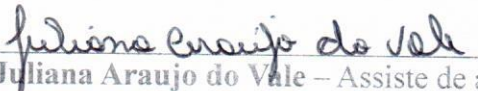
Petrópolis, 24 de Junho de 2025.


Tiago Leite
Vereador

Vereador Tiago Leite – Presidente


Giane M. Pinho
Assistente de Apoio às Comissões
Mat. 1916.046

Giane de Medeiros Pinho – Assiste de apoio às comissões


Juliana Vale
Assistente de Apoio às Comissões
Mat. 1945.045.02

Juliana Araujo do Vale – Assiste de apoio às comissões